

Lagoa pode secar

Alargamento do canal do Jardim de Allah pode reduzir espelho d'água, com sérios riscos à Lagoa Rodrigo de Freitas, que pode ter o mesmo fim de Itaipu

Foto: J. Andrade



Com um abraço
à Lagoa,
população
profere contra a
poluição

páginas 4 e 5

Enquanto se procura um “bode expiatório” para o problema da mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, com sucessivas tentativas de responsabilizar a CEDAE pelo fenômeno que ocorre desde que a Lagoa Rodrigo de Freitas existe, o biólogo Phillip Conrad Scott, faz um grave alerta: Buscar soluções sem atacar a questão sob todos os ângulos e com o cuidado que a situação exige pode levar a um desastre ecológico semelhante ao que ocorreu com a Lagoa de Itaipu, que praticamente secou depois que foi ligada ao mar. Segundo o técnico, que é pesquisador da Universidade Santa Úrsula, o simples alargamento do canal do Jardim de Allah pode representar um sério risco ambiental, pelo fato de a Lagoa Rodrigo de Freitas estar acima do nível do mar, assim como as de Itaipu e Piratininga. Ao analisar as causas da mortandade de peixes, Phillip Scott afirmou que não se pode apontar o derramamento de esgotos como única causa do problema, que decorre de um conjunto de fatores naturais, muito mais complexo e antigo, hoje agravado pelos esgotos.

Página 6

CEDAE é viável

Garotinho visita a
Empresa e promete,
novamente,
não privatizá-la

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos Aposentados
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
Sérgio Rego Rodrigues
Advogados
Sueli Kolling Turano
Analistas de Sistemas
César Lima da Graça
Arquitetos
Júlio Celso Bragança Gil
Aposentados
Armando Costa Vieira
Edson Bittencourt Rosa
Eliana Glória Peixoto
Leon Ambram
Contadores
Maria Carmem M. M. Almeida
Demais Categorias
Evandro Rodrigues de Brito
Economistas
Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Jonathas Ferreira Filho
Márcio de Melo Rocha
Renato Guerra Marques
Sócios Aspirantes
Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr Bittencourt de Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo, Carlos Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, Alberto Burd e Gerson Pereira L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-2461/524-0890
Email: _planin@uol.com.br

Jornalista Responsável

Carlos Emílio Eleutério
MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração Eletrônica
Planin Assessoria de Comunicação

Edição de Fevereiro de 2000

Tiragem: 2.000 exemplares

Justiça confirma: metro cúbico da água vai continuar custando R\$ 0,14

Contrato ilegal obriga CEDAE a bancar lucro do setor privado

O Tribunal de Justiça do Estado ratificou o valor de R\$ 0,14 para o metro cúbico de água a ser vendido pela CEDAE ao consórcio privado Águas de Niterói. Com esta decisão, tomada em fevereiro, fica ratificado também o contrato assinado entre o ex-governador Marcello Alencar e o prefeito de Niterói, Jorge Roberto da Silveira, que definia este valor, arbitrado sem que a Companhia sequer fosse ouvida a respeito de seus custos.

Em consequência disto, com certeza, a questão da privatização dos serviços de distribuição de água em Niterói ainda vai levantar muita polêmica. Principalmente, porque a Justiça do Estado continua a ignorar também o fato de que não havia um contrato para a venda da água a ser distribuída no Município, entre a CEDAE e o consórcio privado que assumiu os serviços. Para os técnicos da Companhia, se a CEDAE receber apenas R\$ 0,14 pelo metro cúbico de água entregue ao consórcio Águas de Niterói, vai ter de bancar a diferença de R\$ 0,43, o que significa que os consumidores abastecidos por ela em outros municípios é que vão estar pagando do seu próprio bolso o lucro da concessionária privada.

A decisão da Justiça, que causou surpresa à direção da ASEAC, acata um recurso da prefeitura de Niterói, que tomou a defesa da empresa privada, para tentar garantir o irrisório valor de R\$ 0,14 – definido no contrato ilegal, assinado no apagar das luzes do governo passado com o prefeito de Niterói. Inicialmente, depois de examinar os argumentos da CEDAE, a Justiça havia decidido por arbitrar um terceiro valor, de R\$ 0,22, com o qual nem a prefeitura de Niterói e nem a CEDAE haviam concordado. Mantido o impasse, a Justiça resolveu acatar o valor de R\$ 0,14, que atende aos interesses da concessionária privada, em prejuízo da CEDAE, do Estado e dos consumidores atendidos pela companhia estadual.

Estranhos critérios

Segundo a ASEAC, é se estranhar essa briga judicial, pois na verdade, desde que assumiu o controle da distribuição de água no Município de Niterói, há quatro meses, o consórcio privado não está pagando a CEDAE nenhum tostão pela água que lhe é fornecida. Ou seja, não se sabe qual é o objetivo da Justiça ao arbitrar este ou aque-

Foto: Arquivo



O prefeito Jorge Roberto da Silveira chegou a usar a PM para garantir a ocupação da CEDAE em Niterói

le valor pelo custo do metro cúbico, se a concessionária particular mantém o posicionamento de não repassar os valores que deve à CEDAE. Apenas em janeiro, a empresa Águas de Niterói pagou apenas cerca de R\$ 61 mil pela água que recebeu. E, depois disso, nenhum tostão foi pago por ela, apesar de manter um faturamento superior a R\$ 2 milhões/mês.

Quer dizer, a grande dúvida é se esta discussão jurídica não é apenas uma “cortina de fumaça” para encobrir a discussão central, que é o não pagamento pela água recebida pela empresa privada. E mais do que isso, para que ninguém preste atenção no fato de que nem o governo do Estado e muito menos a CEDAE estão reagindo a este comportamento, no mínimo estranho. Por que a CEDAE não corta o fornecimento de água à Niterói até o pagamento da água, como faria com qualquer usuário inadimplente? Este deveria ser o comportamento dos dirigentes de qualquer empresa que zela por sua saúde financeira, em nome dos próprios compromissos que tem com a população. Principalmente se considerarmos que, segundo a Constituição Federal, a água é patrimônio do Estado. E também, por que financiar o lucro de uma empresa privada com dinheiro das tarifas que arrecada em outras cidades?

Outra dúvida da ASEAC é por que a Procuradoria do Estado não defende os interesses da CEDAE tão bem quanto o prefeito Jorge Roberto da Silveira defen-

de os da concessionária privada?

Para defender os interesses do consórcio internacional Águas de Niterói, formado pelas empresas Carioca Engenharia, Queiroz Galvão, Cowan, EIT e Developer, Jorge Roberto da Silveira vem se comportando como um verdadeiro artilheiro, marcando gol em cima de gol, sobre o goleiro Garotinho. Principalmente, depois que foi para a mídia denunciar que havia um acordo de campanha entre os dois, que previa a entrega dos serviços de Niterói à empresa privada.

Mas, o maior gol de Jorge Roberto, no entanto, foi permanecer com o mesmo contrato assinado à época do ex-governador Marcello Alencar. Por este contrato, ficou garantido que todas as perdas ficariam por conta da CEDAE, ou seja, o pagamento – se vier a ser feito algum dia – será com base na arrecadação e não no volume de água efetivamente fornecido ao consórcio privado. Além disso, pelo contrato, todos os bens da CEDAE em Niterói devem ser entregues de graça à empresa privada, inclusive a rede de esgotos implantada pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, pago pela CEDAE. O mesmo contrato ignora a existência no Município de bens patrimoniais de propriedade do Estado e que, pela Constituição, não podem ser utilizados para o lucro de nenhuma empresa privada. Por fim, entre outros absurdos, o contrato determina que a concessionária privada só deveria pagar a CEDAE 20% da arrecadação conseguida com a distribuição da água, ou R\$ 0,14 pelo metro cúbico do produto.

Mosaico diabólico

Parecia fácil. Entendiam que éramos subdesenvolvidos, de inteligência curta e de moral baixa. Afinal, devíamos, pois conseguimos, em curto prazo, o agravamento da dívida externa do Brasil: quase o quádruplo de crescimento, em centenas de bilhões de reais.

No jogo de negócios, cabia-nos receber condições. É a vida dos homens frios que negociam, ainda que a sobrevivência de miseráveis humanos de terceiro mundo seja colocada em risco. Aliás, a eles não importa, mesmo... Não tenho dúvida de que nos consideram como irracionais!

O nosso governo brasileiro se submeteu às imposições. Jurou promessas de emoldurar a privatização do Saneamento Básico - imposição esdrúxula, aparentemente, no meio de um elenco de outras subserviências que garantem as condições econômicas concordadas, que viabilizaram os empréstimos captados, pelos quais pagamos altíssimos juros. Eu estou falando do FMI.

Quebraram a "cara". Nós somos seres racionais. Ao subestimarem a nossa inteligência, deixaram lacunas no seu projeto estratégico. Nós, aqui no Estado do Rio de Janeiro, fizemos daquelas lacunas as nossas trincheiras e os derrocamos "aos 45 minutos do tempo final".

Não deu certo. Não foram perfeitos como se acham. A Cedae não foi privatizada.

Não se consideraram liquidados. Ao contrário, recuaram e se reformularam. Voltaram e, dissimuladamente, estão presentes na formação dos consórcios rotulados de "brasileiros" que, como empresa "laranja", aguardam a hora para o bote.

Temos, em nosso meio, muitos compatriotas que se nos apresentam como autênticos "Escariotes". Eles estão nesses consórcios; nas ruas, infiltrando-se na massa, a subleva enfatizando uma falsa face dos fatos e com o mesmo perfil, introduzidos na mídia. Enfim, só não se sabe por quanto "dinheiro" se venderam!

Esses "escariotes" praticam o terrorismo. É sufocante. Não há trégua. Até helicóptero sobrevoa a zona sul, alvo atual dos algozes, para identificar qualquer fato que possa convergir para o ataque à Cedae. Há pelo menos quatro anos, eles se sucedem e se intensificam. Parece uma guerra - o bombardeio só cessa quando é apossada a posição de interesse atacada.

Fazendo-se um paralelo, bombardeiam a Cedae e só cessam quando privatizam os serviços de distribuição de água e de esgotamento sanitário, em cada município, de acordo com o interesse do capital privado especulativo. Assim foi em Campos, na Região dos Lagos e em Niterói. Hoje, reina o silêncio, ou melhor, aqueles que bombardeavam cumprem outra missão que é a de calar ou sufocar o grito dos explorados, sedentos irmãos, lá residentes. Caiu a qualidade; o abastecimento, a cada dia, deixa a desejar; não houve expansão nem universalização dos serviços e o valor das contas subiu. Há caso de 6.000%. Nem com lupa encontraremos uma linha, sequer, na mídia denunciando!

Enquanto não se apossarem de todos os municípios da Região Metropolitana, a Cedae será alvo de pesados ataques. Ela, como qualquer empresa, privada ou pública, não consegue chegar à perfeição, logo será sempre um "prato feito" de que necessitam, como condição favorável para alcançar o objetivo subliminar.

A intrincada legislação brasileira que disciplina o Saneamento Básico deu margens ao conflito de poderes ou, quem sabe, de interesses escusos! Por isso, a Cedae integral ficou-lhes distante, naquele momento. Atravesou-lhes na garganta.

Eis que a reformulação da estratégia primou o fatiamento. Eles já se iniciaram: levaram Campos, Região dos Lagos e Niterói. Para não perderem a viagem e, já que há interesse em face dos mananciais ali existentes, também levaram Friburgo e Petrópolis.

Eles querem o incolor e inodoro líquido. Ele já vale, no mundo, mais que o petróleo - o Canadá já troca com o Oriente Médio três barris de petróleo por um de água.

Ela é vital e já falta para 1,200 bilhão de pessoas no globo.

A um bom preço de barril, que fe-

nominal fonte de renda monopolista!

Foi publicado no FINANCIAL TIMES, de 14/03/00, um relatório da Comissão Mundial de Águas. Aquela Comissão é patrocinada pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas. Naquele relatório, são sugeridas mudanças radicais na maneira pela qual os serviços de água são subsidiados em algumas das áreas pobres e atrasadas regiões do mundo - ora, se não subsidiar, como sobreviverão aqueles miseráveis sem dinheiro para saciar a sede?

Afirma que o preço da água precisa ser aumentado substancialmente, isto porque culpa o baixo custo da água pelo desperdício - imagina no Brasil, país qualhado de pobreza, onde se discute um vergonhoso salário mínimo, para comer!

Aconselha governos com incapacidade de investimento, a encorajar o setor privado e esclarece: "o maior estímulo individual ao investimento do setor privado seria a adoção de preços plenos pelo uso e serviços de água - é uma panacéia"!

Informa que o mercado internacional de investimento em água é dominado por um pequeno número de companhias de porte muito grande, lideradas pela VIVENDI e pela SUEZ LYONNAISE DES EAUX, da França; pela THAMES WATER do Reino Unido e pela AUZURIX GROUP, sediada nos Estados Unidos - que marketing!

Aí está, porque tanto nos pressionam. É o poder esmagador do capital internacional especulativo - o horizonte é negro para a pobreza!

Nós somos detentores de cerca de 12% da água potável no planeta. Isso sem contar que há um mar sob o nordeste e outro sob o centro-sul, estendendo-se até a Argentina.

Aí, também, pode-se entender porque o Brasil é o eldorado para os algozes internacionais.

Não temos dúvidas. Vão tentar fatiar toda Cedae, principalmente nos municípios envolvidos, diretamente ou não, com grandes manan-

ciais ou bacias hidrográficas.

Consumada a estratégia, se conseguirem, pois não estamos mortos, restaria desta Cedae uma Cedae produtora de água.

Parece, mas ainda não se completaria o mosaico... O fatiamento não lhes basta. Não lhes garante o monopólio. Ele é, tão somente, o meio para, ao final, assumirem o Saneamento Básico Nacional, possivelmente parodiando os "laranjas" com o nome usual de "Águas do Brasil".

Apossar-se-iam, por outorga, o monopólio de todos os mananciais e bacias hidrográficas e se tornariam os exportadores. Olha que as águas minerais, no sul de Minas Gerais, já foram por eles apossadas!

Para tanto, o passo seguinte ao fatiamento, seria assumir a Cedae produtora de água. Com esse objetivo, já dispararam a arma fulminante para torná-la inviável, economicamente, no nascedouro: uma das empresas "laranja" vem litigando na justiça para manter todas as cláusulas do vergonhoso e ilegal contrato assinado entre o Município de Niterói e o desastrado governo dos Alencar, que redundou na doação àquela empresa, a gestão do sistema de distribuição de água que, até então, era operado pela Cedae. Aquele contrato garante o preço de R\$ 0,14 pelo metro cúbico da água produzida a eles vendida. O Tribunal de Justiça reforçou a venda e nada vendo não viu a ilegalidade, questionada em juízo pela ASEAC, e validou aquele preço.

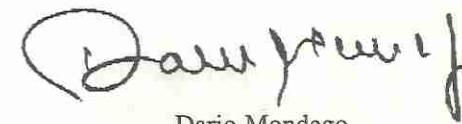
A Cedae, futura produtora não conseguirá impor aos outros municípios preços superiores.

Acuado, pensemos assim, o governador "já extenuado pela luta" não "resistirá" e doará, também, aquele embrulho pesado e caro que fora uma Cedae que não conseguiu sobreviver com esse preço de metro cúbico.

Depois, os algozes juntariam os "cacos", isto é, as fatias "alaranjadas". Afinal, chegariam à Cedae visada que, lá atrás, a perderam.

Podem até achar que eu tenha exagerado nas minhas conjecturas. Não sei, não... Quem viver poderá ver!

Reaja, brava gente brasileira. A água é nossa!



Dario Mondego
 Presidente

"Nós somos detentores de cerca de 12% da água potável no planeta. Pode-se entender porque o Brasil é o eldorado para os algozes internacionais."

Solução precipitada pode ma

Enquanto se procura um “bode expiatório”, biólogo adverte para o risco



Acima do nível do mar cerca de 50 cm, a Lagoa Rodrigo de Freitas pode vir a sofrer o mesmo problema de Itaipú, num acidente ambiental de grandes proporções, com a perda de seu espelho d'água



Não se sabe se por incompetência ou má fé, a lagoa de Itaipu secou e a de Piratininga foi bastante afetada, depois que interligaram as duas e foi aberto um canal entre o mar e a Lagoa de Itaipu

O impacto das obras que estão sendo propostas para solucionar o problema da mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, com o alargamento e aprofundamento do canal de ligação da lagoa ao mar, se não for muito bem adequado e dimensionado, poderá provocar um acidente ambiental de grandes proporções, semelhante ao que ocorreu com a lagoa de Itaipu, que acabou perdendo área de seu espelho d'água.

A advertência é do biólogo Philip Conrad Scott, pesquisador do Instituto de Ciências Ambientais da Universidade Santa Úrsula (ICBA-USU), que defende a adoção de um projeto integrado de Gestão Ambiental para a Lagoa Rodrigo de Freitas e as da Bacia da Barra/Jacarepaguá (Tijuca, Camorim e Marapendi) que, na sua opinião, serão “as próximas vítimas”.

Segundo o biólogo e professor, o alargamento do canal do Jardim de Allah, para melhorar a troca das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas, representa um risco grande e pode repetir o desastre que ocorreu com a lagoa de Itaipu, que secou, e a de Piratininga, que também foi bastante afetada, depois que interligaram as duas e foi aberto um canal entre o mar e a Lagoa de Itaipu. “Corremos o risco de ver, em breve, gente reivindicando um terreno ao prefeito Conde, bem no meio da Lagoa Rodrigo de Freitas”, brincou Scott.

Canal de drenagem

Ele sustenta sua tese, explicando que a Lagoa Rodrigo de Freitas está acima do nível do mar, assim como Itaipu e Piratininga, onde a ligação com o mar acabou funcionando como um canal de drenagem da água das duas lagoas, que tiveram seu espelho d'água reduzido, o que só serviu aos interesses da especulação imobiliária:

“A própria prefeitura enviou uma análise ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), de Lisboa, informando que a lagoa está cerca de 50 cm acima do nível do mar”, lembrou o biólogo.

Favorável a soluções mais simples para aumentar a oferta de oxigênio, como a injeção através de tubos em pontos críticos da Lagoa, onde normal-

mente começa a mortandade de peixes, ele afirma que ambientalistas, entre os quais o vereador Alfredo Sirkis (PV/RJ), têm a mesma opinião. Para Scott, soluções como essas existem no país e são muito mais baratas, além de não trazerem riscos ambientais.

Aliás, segundo o biólogo, o fenômeno da mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas ocorre desde os tempos em que as suas margens eram praticamente desabitadas e não pode ser explicado de forma tão simples, transformando unicamente o despejo de esgotos no vilão, embora este “in natura” seja um fator preponderante na proliferação do fitoplâncton (microalgas). E estas ao morrerem em quantidade consomem o oxigênio, em detrimento da respiração dos peixes, o que causa as mortandades.

“Contudo, não se pode esquecer que, principalmente na temporada de chuvas, a Lagoa Rodrigo de Freitas recebe todo o tipo de lixo e esgotos clandestinos que descem das encostas dos morros que circundam aquela bacia hidrográfica”, lembra o biólogo. Exibindo uma imagem do satélite Landsat, ele mostrou, por exemplo, o exagerado crescimento da área urbana em torno da Lagoa, especialmente onde a rede de esgotos é deficiente ou inexistente, como na favela da Rocinha, cujos detritos acabam despejados morro abaixo por ação da chuva, desaguardando nas águas da Lagoa. Além disso, é preciso considerar que, no verão, devido ao forte sol, ocorre o aumento da temperatura da água e a incidência de luz, que auxiliam também sensivelmente a proliferação das algas.

Gestão da bacia hidrográfica

Para o pesquisador, o correto seria que os órgãos - estaduais e municipais - envolvidos no problema se unissem, com apoio das universidades, num programa efetivo de gestão da bacia hidrográfica da região, que é relativamente pequena. Através de um sistema de informações em bases cartográficas usando o Sistema de Informações Geográficas (SIG), seria possível monitorar a bacia hidrográfica da lagoa. “A primeira providência seria a realização de um estudo limnológico (estudo das águas continentais, incluindo lagoas

Atacar a lagoa

de grave acidente ambiental

rios e baías costeiras), para se conhecer de fato a Lagoa Rodrigo de Freitas: “Há áreas específicas onde o problema é mais grave. Mas como não se conhece bem a lagoa, fica muito difícil atacar esses pontos”, explicou.

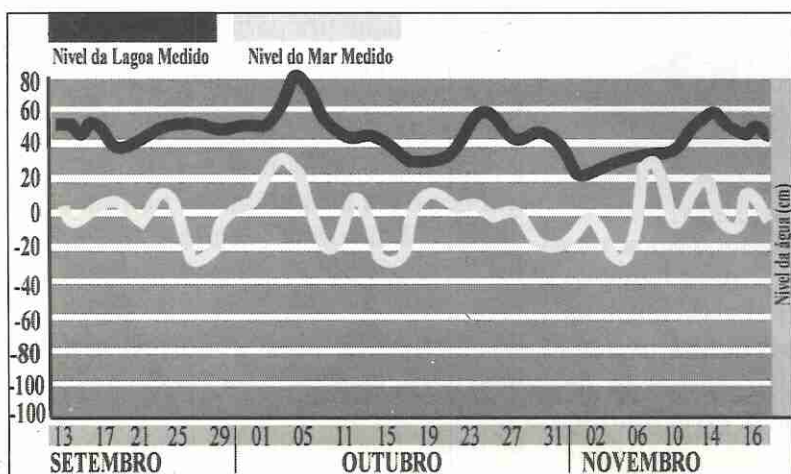
Segundo ele, é necessário conhecer o grau de salinidade nos vários locais, temperatura, concentração de algas, níveis de oxigenação, pontos de contribuição maior de fósforo e outros dados. É importante também fazer a gestão dos recursos pesqueiros principalmente daqueles peixes que filtram o fitoplâncton, como as tilápias e savelhas. Isto, feito em parceria com os pescadores profissionais e amadores da Lagoa, pode até regular o nível de fósforo nas águas no que é chamado de

“biomanipulação”, metodologia usada de maneira pioneira no Lago Paranoá, pela Companhia de Saneamento de Brasília – CAESB:

“Além, é claro, de se retirar o despejo de esgotos e melhorar a oxigenação das águas da lagoa, porque apenas uma dessas soluções isoladas não vai resolver de vez o problema”. Mas, de qualquer jeito, ele acha que somente depois que se mapear a Lagoa, será mais fácil monitorá-la e prevenir problemas.

Philip Scott acredita que, através de um estudo sério, é possível solucionar o problema da Lagoa Rodrigo de Freitas e das outras que estão ameaçadas, como as da Barra da Tijuca. Ele próprio, juntamente com o professor José V. Andreato, também do ICBA USU, estão empenhados num estudo sobre a questão, de forma a melhorar o nível de informações sobre a Lagoa e seus pontos mais críticos.

“O Alargamento do canal do Jardim de Allah pode repetir o desastre que ocorreu com a lagoa de Itaipu.”



Mortandade histórica

Posta de lado a pendenga sobre as causas da poluição das Lagoas Rodrigo de Freitas e da Barra da Tijuca, envolvendo a prefeitura e o governo do Estado, e a histéria de alguns ambientalistas, seguida de um festival de besteiro, apontando as mais variadas, absurdas explicações e soluções para a mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, uma coisa ficou clara: quando existe participação da sociedade, pressionando o Poder Público, vontade política, conciliando compromisso dos governantes e o mais importante, autonomia para a CEDAE trabalhar, as soluções surgem, possibilitando a escolha da mais viável tecnicamente.

Pelo menos foi o que ficou provado com o anúncio das medidas conjuntas das autoridades municipais e estaduais, para tentar resolver o já secular problema da aeração das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde há mortandades de peixe, pelo menos desde que o homem tomou conhecimento da sua existência. Estudos sobre o problema vem sendo documentados desde 1935, bem antes, é evidente, da existência da CEDAE.

Entretanto, segundo o presidente da ASEAC, Dario Mondego, é inaceitável, em nome do Saneamento Básico e da qualidade de vida da população, que a CEDAE ou outro órgão público ou privado possam intencionalmente permitir o despejo de esgotos “in natura” em qualquer corpo d’água. Dario diz que responsabilizar apenas a Companhia pelo fenômeno, que envolve uma série de outras variáveis, é, no mínimo, uma ofensa à inteligência da sociedade e dos técnicos envolvidos no processo. Mesmo porque, se a CEDAE ainda não conseguiu atingir plenos resultados em relação às Lagoas Rodrigo de Freitas e da Bacia da Barra/Recreio/Jacarepaguá, é preciso levar em conta o processo de crescimento desordenado da cidade. Além disso, não pode ser ignorado o processo de sucateamento e de ingerência política a que a Companhia foi submetida, principalmente no último governo Marcello Alencar, que lhe tirou completamente a autonomia administrativa e a capacidade de investir, visando a viabilizar a sua privatização.

“Recuperar a sua liberdade de atuar, aliás, tem sido a nossa maior bandeira junto ao atual governo Anthony Garotinho, que volta e meia dá sinais po-

sitivos”, afirmou Mondego.

Na visão da ASEAC, a tentativa sistemática de responsabilizar a Companhia pela mortandade de peixes - cujas causas seriam única e exclusivamente o despejo de esgotos nas águas da Lagoa - revelam, no mínimo, total desconhecimento técnico da questão ou má fé de grupos interessados na sua privatização, que há muito tempo vêm tentando desgastar a imagem da empresa junto à opinião pública.

No caso da Lagoa Rodrigo de Freitas, essa intenção se torna flagrante já que o fenômeno da mortandade de peixes era rotineiro, até o início dos anos 90. E, é conhecido, pelo menos, desde 1850. Já naquele ano, segundo alguns biólogos e pesquisadores, o próprio Imperador Dom Pedro II determinou que fosse formada uma Comissão destinada a estudar meios de eliminar o problema.

Em carta ao jornal “O Globo”, o professor Philip C. Scott, biólogo pesquisador do Instituto de Ciências Ambientais da Universidade Santa Úrsula, lembrava que, todos que, como ele próprio, sempre moraram às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, “sabem que a mortandade de peixes é histórica e natural”.

A avaliação do pesquisador confirma a tese da ASEAC de que o fenômeno está sendo supervalorizado, de forma proposital, com interesses outros que não parecem ser a busca de uma solução para o problema. Tanto que, se comparadas a outras mortandades do passado, as cerca de 130 toneladas de peixes retiradas pela Comlurb este ano, embora lamentável, não são tão expressivas. Em 1975, por exemplo, foram retiradas da superfície da lagoa nada menos do que cerca de 500 toneladas de peixes mortos - em um dos mais graves acidentes verificados. Um ano depois, outras 320 toneladas de savelhas apareceram mortas, contra uma média de 200 a 300 toneladas de peixes mortos na década de 60, a cada mortandade. O último trabalho de eliminação de esgotos clandestinos nas águas da Lagoa foi feito há duas décadas. Nos últimos anos, as iniciativas tomadas no sentido de eliminar focos de despejos de esgotos clandestinos nos efluentes da Lagoa e na rede de drenagem foram prejudicados por falta autonomia administrativa e financeira da CEDAE.

Solução é monitorar

A mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas só poderá ser minimizada quando for adotado um conjunto de medidas que equilibre o seu ecossistema, através do monitoramento permanente. Por isso, não se pode simplesmente culpar a CEDAE pelo fenômeno, até porque existem outras fontes de despejo de detritos naquele corpo d’água, decorrentes da Favela da Rocinha, do Jôquei Clube, da Hípica, além dos rios Macacos, Rainha e Cabeças.

A opinião é do engenheiro Jayme Tobias Steichel, ex-Presidente da SEAERJ e funcionário da SERLA, que acompanha o problema há anos. Para ele, enquanto não se construir uma galeria de cintura para receber também as contribuições das redes de água pluvial e, conseqüentemente, esgotos clandestinos,

não se pode falar em eliminar o esgoto da Lagoa e torná-la conseqüentemente saudável, sem poluição.

Além disso, Steichel defende a adoção de medidas conjuntas que possam melhorar, paralelamente, as condições de salinização, oxigenação e dessassoreamento, com a retirada do excesso de lodo ativo. Para o engenheiro, não adianta a CEDAE passar a realizar um excelente trabalho na área de Saneamento, se outras medidas não forem implantadas, porque os peixes vão continuar morrendo, como ocorre desde que a lagoa Rodrigo de Freitas existe. Segundo ele, o problema é semelhante ao que ocorre nas Lagoas da Barra da Tijuca, agravado pelo processo acelerado de crescimento desordenado em toda a Bacia de Jacarepaguá.

Anthony Garotinho conclui que CEDAE é viável

Apesar de a CEDAE já ter perdido Campos, Niterói, Região dos Lagos, e do convênio para vender a Barra, Governador visita a Empresa e reitera compromisso de não privatizá-la

Depois de ouvir uma exposição sobre as metas traçadas pela atual direção da CEDAE e analisar os números referentes ao desempenho recente da Companhia, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, reiterou, no último dia 11 de março, em visita a Empresa, o compromisso de não privatizá-la e apoiar um programa destinado a recuperar a sua arrecadação e reduzir a evasão de receita.

Em função disso, a CEDAE já assinou um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, para elaborar uma nova proposta destinada a mudar o perfil da Companhia. A dúvida da ASEAC é se esse novo perfil transformará a CEDAE em uma empresa produtora de água, com a sua distribuição privatizada. O estudo deverá ficar pronto dentro de, no máximo, 60 dias e, segundo fontes ligadas à direção da Companhia, tem por objetivo principal reduzir os atuais níveis de despesas para permitir o aumento dos investimentos com recursos próprios.

Garotinho quer redução do custeio para garantir investimento

Garotinho, que desde que assumiu o governo ainda não havia visitado a sede da CEDAE, disse estar impressionado com a capacidade de seus quadros técnicos. Ele ouviu exposições do presidente, Alberto Mendes Gomes, e de alguns diretores, durante as cerca de seis horas em que permaneceu na sede da Empresa, no último dia 11 de março, de onde teria saído convencido da viabilidade da CEDAE como empresa pública.

Segundo fontes que tiveram acesso ao conteúdo dos temas discutidos nas reuniões mantidas por Garotinho na Companhia, o governador fez uma análise crítica dos números relativos ao custeio da CEDAE, afirmando que uma empresa que fatura R\$ 1 bilhão por ano tem que ser viável economicamente. No

Foto: Arquivo



Desde que assumiu, Garotinho ainda não havia visitado a CEDAE e se mostrou impressionado com a capacidade da empresa e de seus técnicos

“Uma empresa que fatura R\$ 1 bilhão por ano tem que ser viável economicamente.”

entender do governador, alguns dos atuais preços pagos pela Companhia podem sofrer cortes, entre os quais os de produtos químicos, aluguel de imóveis, manutenção de prédios etc. Para o governador, hoje ninguém contesta a qualidade

da água fornecida pela CEDAE, mas a Empresa pode e deve aumentar seus investimentos, viabilizando os recursos através do corte de despesas de custeio, considerando-se que a empresa não estaria mais atrelada ao caixa único e já teria autonomia para gerir seus recursos.

A ASEAC considera esta redução temerosa e que, ao contrário, a CEDAE deveria ter uma reserva técnica financeira para eventualidades, tais como fortes temporais que possam levar a água da ETA do Guandu a níveis de intratabilidade; rompimento de adutoras ou mesmo um possível desabamento no túnel Guandu-Lameirão – cuja hipótese já foi admitida por técnicos da própria Companhia. Além disso, a diretoria da ASEAC acha mais adequado que, antes de aceitar ou sugerir cortes no custeio da CEDAE, o governo quantificasse, efetivamente, o tamanho da redução dessas despesas.

Multinacional francesa perde concessão em Tucumán e exige indenização milionária

Fim do contrato pode custar US\$ 350 milhões ao governo

Recuperação da Empresa implica no fim da inadimplência

O chefe do Executivo mostrou-se preocupado, também, com a área comercial da Companhia, e determinou estudos para a adoção de medidas destinadas a aumentar a arrecadação e reduzir a inadimplência.

Anthony Garotinho se deteve também no exame do perfil dos juros pagos ao Banco do Brasil, por conta de um empréstimo contratado junto àquela instituição para complementar o pagamento de obras realizadas na ampliação do Guandu, que considerou "excessivamente altos e absurdos". Ele recomendou à direção da CEDAE que procure o Banco do Brasil para tentar renegociar essas taxas dentro de parâmetros mais realistas.

Problema da Lagoa exige posição mais firme da CEDAE

Durante sua estada na CEDAE, o governador ouviu dos técnicos da diretoria de Esgotos uma exposição sobre o problema da mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, exigindo da direção da Empresa uma posição mais firme com relação ao problema. Garotinho quer mostrar à sociedade que as redes pluviais por onde estão escoando os detritos que poluem aquele corpo d'água são de responsabilidade da prefeitura e não da CEDAE. Em seguida, em entrevista coletiva nas dependências da CEDAE, o governador reiterou publicamente os compromissos assumidos com os pescadores da área da Lagoa Rodrigo de Freitas no sentido de tomar todas as providências para evitar a poluição por esgotos. Mas fez questão de deixar claro que a responsabilidade pelo quadro atual não é da CEDAE, mas sim da prefeitura.

Por fim, Garotinho explicou à imprensa os investimentos que estão sendo feitos na recuperação do emissário submarino de Ipanema e na troca de toda a tubulação de esgotos da rua Visconde de Pirajá, que vão contribuir muito para melhorar os serviços prestados à população da Zona Sul.

Antes de deixar a Empresa, a CEDAE recebeu algumas lideranças sindicais, comprometendo-se a incluir dois de seus representantes no processo de recuperação da Companhia. ●

Um claro exemplo do que pode ocorrer no Brasil, se os serviços de Saneamento forem entregues à gestão de empresas multinacionais, como pretende o governo FHC, está prestes a explodir na Argentina, que, pela primeira vez em toda a sua história, poderá ter que enfrentar uma arbitragem internacional para resolver um impasse entre o Estado e uma empresa privada estrangeira, com chances mínimas de vitória.

O grupo francês Vivendi, representante da Lionnays Des Eaux naquele país, está exigindo uma indenização de nada menos que US\$ 350 milhões do governo argentino, por conta da anulação do contrato de concessão, assinado em 1995, que tirou das mãos do Estado os serviços de tratamento e distribuição de água na província de Tucumán, no norte do país. A privatização do Saneamento local foi a primeira realizada na América latina e, em menos de um ano, deixou a população revoltada com a queda da qualidade da água e os extorsivos aumentos impostos aos consumidores.

O órgão internacional que vai examinar e julgar o caso é o Centro Internacional de Disputas sobre Investimentos, criado pelo Banco Mundial. O tribunal, que está prestes a emitir seu parecer, é composto por três juristas e tem como presidente o ex-ministro da Justiça do Brasil, Francisco Rezek.

O caso está sendo submetido ao órgão porque o grupo Vivendi resolveu acionar o governo federal da Argentina em vez da administração da Província de Tucumán, porque o Executivo federal garante os investimentos realizados no país por empresas francesas. Essa função protetora foi determinada em 1991, através de um acordo firmado entre a Argentina e a França.

Exemplo para o Brasil

A disputa entre o governo de Tucumán e a multinacional francesa começou em 1995, logo depois que o

Foto: Arquivo



O atual presidente Fernando de la Rúa poderá ter de pagar pelos erros do governo Menem

"A questão vai ser julgada por um tribunal internacional, criado pelo Banco Mundial."

grupo Vivendi ganhou a concessão dos serviços de abastecimento local. Sob o argumento de que o contrato permitia, a empresa privada aumentou as tarifas em 100%, para desgosto do governo e desespero da população. O quadro se agravou quando, em 1996, em pleno verão, durante 12 dias, a água distribuída passou

a sair barrenta das torneiras, por falta de tratamento.

A população reagiu e grande parte deixou de pagar as contas d'água. O governador na época, o ex-general da ditadura Antônio Domingos Bussi, não teve dúvidas: suspendeu a concessão, mas obrigou a empresa a prestar serviços até outubro de 1998. A partir desse momento, o sistema de água retornou às mãos do Estado.

Agora, diante do impasse, o governo argentino sustenta que o tribunal de arbitragem não possui competência para julgar o caso. O governo alega que no contrato de concessão estipula-se que as diferenças que pudessem surgir seriam resolvidas pela justiça de Tucumán. E por razões burocráticas, o governo argentino deixou de indicar um dos três representantes do tribunal, fazendo com que o país ficasse praticamente sem defesa. Segundo analistas que acompanham a questão, tudo indica que o parecer será favorável à multinacional francesa.

A Esquizofrenia do Poder Público

Ana Simas*

A Esquizofrenia é uma doença que se caracteriza por vários sintomas, entre eles a desagregação do pensamento, o que acarreta incoerência nas idéias, no discurso e nas atitudes; o isolamento e a imensa dificuldade de integração social.

Não consigo deixar de associar esse sintomas às ações de nossos governantes, publicadas nos jornais ou vivenciadas por nós, em situações que nos são impostas. Por exemplo, a mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, a demissão do Coordenador da Secretaria de Segurança, Luis Eduardo Soares, entre outros fatos, levam-me a pensar que as autoridades atuam como os esquizofrênicos, ou seja, isolados, desagregados, incoerentes, com total inércia e descaso levando-nos a desintegração social, quando deveriam criar situações para que essa integração ocorresse.

Minha experiência com a Companhia de Gás - CEG - confirma que a Empresa sofre dos mesmos sintomas. Há três anos, as instalações de meu prédio, na rua Fonte da Saudade, foram invadidas por forte cheiro de gás. Após reclamações sucessivas, sem que a empresa tomasse qualquer atitude, como síndica, ameacei responsabilizá-la criminalmente, caso algum acidente ocorresse, pois o vazamento exalava da tubulação da rua. Foi quando surgiram técnicos que confirmaram os vazamentos, através de medições. Na ocasião, a CEG informou a necessidade de trocar as tubulações, o que seria feito durante o processo de conversão para gás natural.

De lá para cá, a CEG foi privatizada, e o forte cheiro de gás permanece na rua. Simultaneamente, o processo de conversão para gás natural, foi iniciado no Leblon, e, esquizofrenicamente, provocou graves acidentes no bairro, colocando a vida da população em risco. Na Fonte da Saudade, há três meses, um operário de uma empresa terciarizada pela CEG, apareceu na rua. Acreditei, então, que as tubulações seriam substituídas, mas ele estava apenas trocando algumas válvulas.

Preocupada, solicitei ao funcionário que verificasse novamente o escapamento de gás, mas ele não tinha autorização da CEG para me atender. Perguntei-lhe então, se ele, pelo menos, como eu, tinha olfato. Disse-me que sim, reconhecendo o cheiro de gás e providenciando-me a seguinte solução:

“Já que estou com a britadeira e o cheiro de gás está muito forte, farei alguns furos no asfalto para que não ocorra pressão nas galerias”. E, conclui: “Tudo não voe pelos ares”.

Sinto-me na obrigação de denunciar esta grave situação. Mas, denunciar a quem? Ao presidente da República? Ao governador? Ao prefeito? À mídia? Dizem que há no estado uma Agência Reguladora de Serviços Públicos – uma tal de ASEP. Será que eu devo denunciar este problema a ela?

Sem nenhuma resposta objetiva, novamente, lembro-me dos sintomas da Esquizofrenia, no sentido da desintegração dos serviços. A total desagregação do pensamento das autoridades, com idéias e soluções incoerentes e desarticuladas, que só colocam a população cada vez mais num processo de desintegração social e até mesmo risco de vida. A Lei Orgânica Municipal prevê a participação popular nas decisões, quando estas influenciam, direta ou indiretamente, nossa qualidade de vida, mas isto não está sendo cumprido!

Como cidadã, me sinto indignada com o descaso a que estamos sendo submetidos, sendo obrigados a conviver diariamente com situações cada vez mais perigosas, que nos tem sido impostas pela Esquizofrenia do Poder Público, que só nos sabe cobrar de maneira voraz os impostos, enquanto nossos direitos são tão vilipendiados.

É preciso dizer que pacientes esquizofrênicos não vivenciam seus sintomas de maneira intencional, são pessoas extremamente sensíveis e carregam dentro de si dor e sofrimento, com suas atitudes involuntárias. Ao contrário das autoridades, que o fazem de maneira consciente, de má fé e acarretam, sim, sofrimento e risco de vida para a população.

Nós, da Fonte da Saudade e adjacências, já vivenciamos as consequências deste descaso esquizofrênico. No ano passado, com armas apontadas para nossas cabeças sofremos roubos de automóveis, seqüestros relâmpago, assaltos à residências e o assassinato brutal de uma médica, no dia das Mães, na presença de duas crianças. Agora, as-

sistimos a mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, que causou-nos cefaléia, náuseas e vômitos durante o Carnaval.

Só nos falta agora, ver parte de nosso bairro explodir, no momento que a CEG colocar nos encanamentos obsoletos e furados um gás com o dobro da pressão que o atual.

Durante muito tempo, senti nossa gente num estado de perplexidade alienada, mas as atitudes das autoridades chegaram a tal ponto de desrespeito à vida humana, que, agora, percebo um início de indignação, que, ainda precisa crescer mais. Pois, só com o crescimento desta indignação, independente de ideologia política, raça, religião ou classe social, seremos capazes de, darmos as mãos, como ocorreu no Abraço à Lagoa, no último dia 19 de março. E, aí, então, como cidadãos vamos procurar juntos combater a Esquizofrenia do Poder Público, tentando soluções para amenizar o caos que a doença deles nos criaram.

**Ana Simas é médica psiquiatra e presidente da Associação de Moradores da Fonte da Saudade*

Foto: J. Andrade



Embora admita a possibilidade de explosão, a CEG resolveu o problema do vazamento fazendo furos na rua para o gás evaporar